

Antônio de Pádua Ribeiro

# Reflexões Jurídicas

*Palestras, Artigos & Discursos*

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

## **Medalha do Mérito Judiciário “Desembargador Joaquim Nunes Machado”**

Agradeço, em meu nome e no dos demais agraciados, a honra que ora nos confere o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, ao comemorar 176 anos de profícua atividade judicante em prol do bem-estar da sociedade desta unidade federativa.

A distinção assume proporções incomensuráveis, porquanto a comenda a nós outorgada tem como patrono o Desembargador Joaquim Nunes Machado, imortal herói do povo brasileiro e, particularmente, da valorosa gente pernambucana.

Cumpre, no contexto, rememorar que este segmento da Nação, desde os primórdios da sua história, foi palco de célebres revoluções e acirradas pelejas, todas voltadas para a concretização dos ideais da democracia.

Que legítimo filho destas plagas poderia olvidar a Insurreição Pernambucana, conflagração que, durante nove anos, sob o comando de João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e o índio Felipe Camarão, investiu contra os holandeses, ao fragor de memoráveis batalhas, como a do Monte das Tabocas e as duas dos Guararapes, expulsando-os, definitivamente, do Brasil? De igual modo, esquecer-se-iam os pernambucanos da Revolução de 1817 ou da Praieira?

Minhas senhoras e meus senhores, não seria próprio, no ensejo, discorrer sobre fatos históricos tão bem conhecidos de todos os presentes. Não posso, porém, deixar de me referir à Revolução Praieira, cuja eclosão se deu em 1848, como decorrência da queda do Ministério Liberal no Rio de Janeiro e da nomeação de um presidente conservador para Pernambuco, a qual fez aflorar, mais uma vez, a tradição revolucionária dos bravos filhos deste Estado.

A soberania política e econômica da Província estava centrada nas mãos de poucas famílias; a fome campeava sobre as classes menos favorecidas, tendo em vista que a primazia era dada ao plantio da cana-de-açúcar. Se isso não bastasse, o comércio varejista era monopolizado pelos portugueses.

Foi nessas circunstâncias que um grupo de liberais radicais e alguns democratas, inconformados com o sistema, criaram o Partido da Praia, embrião da revolta supramencionada, entre cujos líderes figurava o intrépido Desembargador Nunes Machado, *o homem que, segundo Nascimento Feitosa, sabendo identificar-se com os sofrimentos do povo, tornava-se o incansável atleta dos direitos populares contra as oligarquias ferozes.*

Os primeiros combates no Recife foram favoráveis aos rebeldes, entretanto o destemido Nunes Machado, enaltecendo os ideais nacionalistas em detrimento da própria vida, ao fazer um reconhecimento pessoal das posições ocupadas, expôs-se à sanha do inimigo. O desânimo e o pavor gerados com a sua morte foram registrados para a posteridade, sob a ótica de um comentarista da época: *O que valia Nunes Machado entre seus companheiros e no meio do próprio povo, o seu prestígio, a sua coragem e o seu idealismo, diz bem essa atitude dos rebeldes, que se julgaram desarmados, perdidos, sem o seu grande chefe.*

Essa bravura indômita não ficou sepultada nas brumas do passado. Ao contrário, perdura, ainda, não só no seio das novas gerações desta boa terra, mas no de toda a população brasileira e reflete-se, embora com novas tonalidades, na conscientização dos seus direitos e deveres, na luta pela cidadania para um maior número de compatriotas, no anseio de um tratamento condigno e equânime para todos os nossos irmãos, em face das injustiças sociais que se nos deparam nos tempos hodiernos.

Todos se recordam de que a grande preocupação dos constituintes, ao promulgarem a Constituição em vigor, foi com o Estado democrático de direito e com a cidadania. O seu texto contém o elenco dos direitos e garantias individuais, políticas e sociais e, além disso, criou e aperfeiçoou os remédios processuais existentes, atento à advertência de Jhering no sentido de que *a essência do Direito é a sua realização prática.*<sup>1</sup>

<sup>1</sup> JHERING, Rudolf von. *A Luta pelo Direito*. Forense, 1972, pág. 82.

Dez anos são passados. Muito se fez e se tem feito para tornar realidade os ditames constitucionais. O clima é de ampla liberdade democrática, todavia as estruturas dos poderes estatais continuam arcaicas. A máquina estatal move-se lentamente, e muitos dos seus dirigentes permanecem com a mente voltada para os propósitos das oligarquias, a que prestam vênias, e não para os consumidores dos seus serviços – o povo.

Na verdade, o Estado está em crise; e a sua atuação, em dissonância com o que dele esperam os cidadãos. Nesta época de globalização e liberalismo econômico, acerbas críticas são dirigidas aos entes públicos, ao fundamento de que não funcionam a contento em benefício da coletividade e de que se têm esquecido da sua finalidade precípua, qual seja, a de realizar o bem comum e, em decorrência, ajudar a população a alcançar a sua grande aspiração, que é a de toda a Humanidade: efetivar o sonho de ser feliz.

Tudo isso está a exigir, para a consecução do ideal dos constituintes, alguns aperfeiçoamentos institucionais e, principalmente, uma nova visão no âmbito dos Poderes da República. Cada um, na esfera das suas atribuições, tem problemas a resolver e vem procurando solucioná-los. No Judiciário, muita coisa tem mudado. O acesso à Justiça está mais facilitado, mormente pela criação das ações coletivas e dos juizados especiais. Meios de solução alternativa de litígios têm sido estimulados. E o que é mais importante: a mudança de mentalidade do Juiz tem sido rápida; ele está cada vez mais consciente dos seus deveres perante a sociedade e tem-se esforçado para bem cumpri-los, sendo, até mesmo, em algumas ocasiões, mal compreendido nessa sua atuação.

Urge, contudo, que se faça muito mais. Para isso, é indispensável que se intensifique a colaboração entre os representantes dos Poderes do Estado, visando à realização das aspirações maiores da sociedade, e esse processo parece estar em fase promissora. Há conversações cada vez mais freqüentes, revestidas de notório sentido público, tendo por fim a definição de interesses comuns nos planos institucional, legislativo e administrativo.

Não há negar que, enquanto existirem homens altaneiros como o Desembargador Nunes Machado, *magistrado que se fez povo e, como povo, sucumbiu na defesa do seu idealismo*, o sonho dos constituintes marchará rumo à concretização, e haverá esperança de dias melhores para os cidadãos pernambucanos e para todo o Brasil.

É, portanto, sob o impacto do brilhante nome do patrono da comenda outorgada que encerro esta oração de agradecimento. Congratulo-me, em tão solene hora, bem como todos os nobres condecorados, com este Tribunal de Justiça, na pessoa do seu presidente, o eminente Desembargador Etério Ramos Galvão Filho, que o dirige com dedicação e competência. Os cumprimentos

dirigem-se, também, aos Senhores Desembargadores componentes desta Casa de Justiça e a todos quantos aqui nos honram com a sua presença.

E que Deus continue a volver o seu olhar para este Pretório, a fim de que, até a consumação dos séculos, exerça a sublime tarefa de distribuir justiça, como o vem fazendo há 176 anos.

- \* Discurso proferido, em nome dos agraciados, em 13 de agosto de 1998, por ocasião do recebimento da Medalha do Mérito Judiciário “Desembargador Joaquim Nunes Machado”, no Tribunal de Justiça de Recife-PE.